

## A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE CIDADANIA

**Gabriela Estevão de Jesus**

*Universidade Aberta;*

[gabrielaestevao1968@gmail.com](mailto:gabrielaestevao1968@gmail.com);

**Glória Bastos**

*Universidade Aberta; LEAD;*

[gloria.bastos@uab.pt](mailto:gloria.bastos@uab.pt);

### Resumo

A escola é um meio importante para desenvolver um trabalho sistemático, organizado e contínuo de promoção junto dos alunos de valores e princípios de cidadania como: a democracia, a igualdade, a justiça social e a solidariedade. A Biblioteca Escolar emerge como um parceiro que pode desempenhar um papel importante nesse contexto. O presente estudo parte da relevância crescente da biblioteca como espaço pedagógico na organização escolar, e do seu papel na realização de atividades, em articulação com os docentes, que permitam o debate de princípios e valores de uma cidadania global. Para analisar estas questões, realizou-se um estudo empírico localizado numa escola que tem encarado a Educação para a Cidadania como uma prioridade. Os resultados obtidos revelaram que embora os participantes mostrem interesse e distingam a importância da área de Educação para o Desenvolvimento, fazem poucas atividades neste âmbito e na sua disciplina. Os professores respondem às atividades promovidas e propostas pela biblioteca, numa atitude de cooperação, mas com reduzida iniciativa própria relativa a uma abordagem mais consistente sobre os temas de educação para a cidadania.

**Palavras-chave** – Biblioteca Escolar, Cidadania, Educação para o Desenvolvimento

### Résumé

L'école est un moyen important de développer un travail systématique, organisé et continu pour promouvoir les valeurs et les principes de citoyenneté parmi les élèves, tels que: la démocratie, l'égalité, la justice sociale et la solidarité. La bibliothèque scolaire apparaît comme un partenaire qui peut jouer un rôle important dans ce contexte. Cette étude se base sur l'importance croissante de la bibliothèque comme espace pédagogique dans l'organisation scolaire, et sur son rôle dans la réalisation d'activités, en collaboration avec les enseignants, qui permettent le débat sur les principes et les valeurs de la citoyenneté globale. Pour analyser ces enjeux, une étude empirique a été menée dans une école qui considère l'éducation à la citoyenneté comme une priorité. Les résultats obtenus ont révélé que bien que les participants manifestent de l'intérêt et distinguent l'importance du domaine de l'Éducation pour le Développement, ils réalisent peu d'activités dans ce contexte et dans leur discipline. Les enseignants répondent aux activités promues et proposées par la bibliothèque, dans une attitude de coopération, mais avec peu d'initiative de leur part concernant une approche plus cohérente des sujets d'éducation à la citoyenneté.

**Mots-clés** – Bibliothèque scolaire, Citoyenneté, Éducation au développement

## INTRODUÇÃO

A escola desempenha um papel essencial ao fornecer conhecimentos que considerem os interesses e as necessidades dos alunos, capacitando-os para a integração e participação ativa na sociedade. Educar uma criança é formar um cidadão, sendo a educação fundamental para o progresso humano, e devendo promover a integração numa sociedade global, orientada por valores como a paz, a liberdade, a equidade

e a justiça social. A tomada de consciência desses valores e dos direitos e deveres cívicos por parte do indivíduo baseia-se nos ideais humanistas e democráticos, tornando a Educação para a Cidadania (EC) um tema fundamental a ser abordado ao longo do percurso escolar.

Neste contexto, a Escola e a Biblioteca Escolar (BE) têm um papel central. A BE, liderada pelo Professor-Bibliotecário (PB), facilita o acesso à informação e promove atividades que apoiam o sucesso escolar, integrando a prática pedagógica e o compromisso dos professores em desenvolver a capacidade de aprender, respeitando as características individuais dos alunos e promovendo a sua participação na sociedade e no mundo. Como espaço de conhecimento e de cultura, a BE articula ensino e aprendizagem, acompanha o currículo escolar e incentiva a leitura, nomeadamente por lazer, e a literacia da informação e dos media. Em simultâneo, promove uma cidadania ativa e a vivência do cosmopolitismo.

A investigação realizada e da qual se apresentam neste texto alguns dos resultados obtidos, teve como um dos seus focos perceber como podem os professores de diferentes áreas curriculares trabalhar em articulação com a BE para abordar conceitos de Cidadania e Cosmopolitismo, visando compreender e fortalecer o papel da Escola e da BE na promoção desses valores e na capacitação dos alunos para a cidadania global (Jesus, 2024).

Importa também referir que a escola onde se realizou o estudo foi selecionada tendo em atenção o facto de desenvolver há algum tempo uma estratégia que dá relevância a um conjunto de princípios e elementos, com as relações interpessoais, a globalização, a paz e a gestão de conflitos, entre outros. Os vários documentos orientadores do trabalho da escola - Projeto Educativo (PE) e Plano Anual de Atividades (PAA) – revelam estas preocupações. Em consonância com este posicionamento, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento é lecionada não só no 3.º CEB, enquanto disciplina autónoma e obrigatória, mas também como matéria obrigatória no Ensino Secundário, estando esta opção referenciada nos documentos estruturantes e orientadores já mencionados. Desta forma, a escola pretende envolver todos os docentes em torno da temática da Cidadania, dando importância às matérias e aprendizagens neste âmbito, bem como à prática pedagógica nas diferentes disciplinas curriculares.

## **ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL**

### **1.1 Cidadania Global e Cosmopolitismo**

A relevância da educação e da cidadania na formação do indivíduo tem sido continuamente destacada, especialmente em contextos democráticos, onde a transmissão de valores e princípios, deveres e direitos de Cidadania são essenciais para o fortalecimento das sociedades contemporâneas. Este princípio está expresso na Declaração Universal dos Direitos do Homem, sendo que no primeiro artigo se defende a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre todos os seres humanos. De igual forma, a Constituição da República Portuguesa (1976) regula estes princípios, reforçados por revisões posteriores, destacando os deveres fundamentais do Estado e os direitos pessoais do cidadão (cf. Artigo 26.º, ponto 1, Lei Constitucional n.º 1/97).

A Cidadania pressupõe o pleno exercício de direitos e deveres por parte do indivíduo. Os direitos fundamentam-se nos princípios de liberdade de pensamento e de expressão, igualdade perante a Lei e

respeito pelos outros para que haja uma convivência harmoniosa na sociedade. Qualquer indivíduo, por ser humano, possui direitos inalienáveis, fundamentados na liberdade e na igualdade (Lopes & Vicente, 2014, p. 14).

O conceito contemporâneo de cidadania abrange três dimensões articuladas da existência social: a dignidade humana, a autonomia individual e o laço cívico. A interação desses elementos permite o pleno desempenho da Cidadania. Neste contexto, cresce o apelo à revalorização dos valores morais e éticos para garantir a coesão social, promovida através de uma educação de qualidade de caráter cívico e com uma visão cosmopolita. Apesar de várias adversidades que vão surgindo, a educação deve manter-se fiel à formação ética dos alunos, pois a educação para a cidadania é inerente à missão escolar e à integração dos alunos na vida social, respeitando direitos e a dignidade humana (Araújo, 2008, p. 97).

A educação desempenha um papel essencial na preparação gradual do aluno para a vida em sociedade, capacitando-o como cidadão ativo e consciente. Com a ação desenvolvida pelo acesso à educação pretende-se dar resposta à necessidade de promover uma sociedade onde os indivíduos atuem de forma autónoma, racional e criativa, fundamentando o desenvolvimento de uma cultura política baseada no equilíbrio entre direitos e deveres de cidadania (Terrén, 2001, p. 10). Os valores partilhados assumem uma dupla realidade: idealizados e admirados, mas também visíveis nas atitudes diárias assumidas pelos cidadãos.

O conceito de Cidadania tem vindo a adquirir uma nova amplitude, refletindo o impacto das transformações globais iniciadas no final do século XX. A evolução tecnológica e a conseqüente globalização impactaram diferentes áreas (economia, social, política e cultura), promovendo uma compreensão transnacional da cidadania. Desta forma, surge a ideia de Cidadania Cosmopolita, em que os indivíduos têm consciência dos seus direitos e deveres com implicação para além das fronteiras nacionais. O conceito de Cidadania Cosmopolita também reflete preocupações ambientais e de sustentabilidade do planeta. A crescente consciência global sobre o meio ambiente suscita a criação de soluções coletivas para problemas comuns, reforçando a necessidade de ações coordenadas. Como sublinha Wolkmer, (2003), estas perspetivas “representam a articulação de uma nova cidadania que investe na invenção de novas possibilidades de vida diante da globalização neoliberal e todas as formas de exclusão” (p. 32).

A globalização e os processos migratórios são fenómenos que têm influenciado a cidadania ao incorporar os direitos humanos como parte central no Mundo (Banks, 2011, p. 243). Nesse sentido, a educação desempenha um papel fundamental ao promover valores de solidariedade, dignidade humana e liberdade de expressão. A educação para a cidadania e a aprendizagem intercultural são assim respostas à globalização, contribuindo para a inclusão de migrantes e a valorização da diversidade cultural (Osler & Starkey, 2015, p. 30). Este aspeto é valorizado, por exemplo, pelo Conselho da Europa que tem focado o seu trabalho nos Direitos Humanos, na estabilidade político-social e no desenvolvimento democrático, defendendo que todos os indivíduos de estados-membros são cidadãos europeus, com direitos de residência e de trabalho sem discriminação. Neste âmbito, a escola torna-se um espaço de integração, onde o trabalho pedagógico favorece a reciprocidade cultural e o respeito mútuo.

## 1.2 A Educação para a Cidadania na escola

Não sendo possível apresentar neste artigo uma visão mais desenvolvida desta questão, apontam-se apenas alguns marcos recentes relativos à presença da Educação para a Cidadania na escola portuguesa. A EC foi definida como uma área transversal nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico em 2012, delegando às escolas a decisão sobre a sua inclusão no currículo (Decreto-Lei n.º 139/2012). Foram igualmente publicadas orientações de EC para abordagem de diferentes domínios como: direitos humanos; sustentabilidade do planeta; segurança; igualdade de género e empreendedorismo (Direção-Geral da Educação, 2013).

Com o XXI Governo (2016), a Estratégia Nacional para a Educação para a Cidadania integrou essa área em componentes curriculares diversificadas. No ano letivo 2017/2018, o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular aprofundou a integração da cidadania no ensino, alinhando com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (2017).

Cidadania e Desenvolvimento (CeD) passou assim a ser uma área curricular obrigatória desde o ensino pré-escolar até ao secundário, implicando a atribuição de uma classificação. No ensino secundário, independentemente das opções tomadas pela escola, a participação dos alunos em projetos no âmbito de CeD não está sujeita à avaliação sumativa. Fica mencionada no certificado do aluno.

Assim, a EC representa uma responsabilidade coletiva da escola, devendo envolver uma colaboração estreita com a família e a comunidade educativa. A área curricular de CeD constitui um espaço propício à abordagem interdisciplinar, integrando-se com outras disciplinas para promover aprendizagens significativas (Romão, 2020). Esta dimensão interdisciplinar permite que os alunos compreendam aspetos fundamentais como a liberdade, a justiça, o desenvolvimento, a qualidade de vida, a proteção ambiental e a sustentabilidade do planeta, contribuindo para a formação de cidadãos globais. As atividades curriculares no âmbito de CeD visam a compreensão dos direitos e deveres por parte dos alunos, incentivando ao respeito pela diversidade e pela pluralidade. Implica também uma responsabilidade ativa sobre opiniões e comportamentos, reforçando a dignidade humana.

## 1.3 A missão formativa da Biblioteca Escolar

A BE visa, em primeiro lugar, o desenvolvimento da leitura e das literacias (da informação, digital e para os média), devendo estar alinhada com as diretrizes da escola e da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE). Em articulação com os docentes das diferentes áreas curriculares, a BE promove um conjunto de atividades essenciais para a formação integral dos alunos (Bastos, 2017), procurando desta forma prepará-los igualmente para a aprendizagem ao longo da vida e para uma cidadania responsável (IFLA/UNESCO, 2000).

Vários estudos indicam que “programas de bibliotecas eficazes são críticos para impulsionar a aprendizagem e o sucesso dos alunos” (Eisenberg, 2002, p. 47). Os recursos disponibilizados pela BE são essenciais para garantir aprendizagens diversificadas, favorecendo não só o acesso equitativo à educação e o desenvolvimento do aluno baseado no conhecimento, mas também promovendo a inclusão social e a

realização pessoal e profissional ao longo da vida, aspetos fundamentais na sociedade contemporânea (UNESCO, 2020).

O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação e da Sociedade da Informação trouxeram mudanças globais significativas, com progressos a nível económico, tecnológico, científico, gerando desenvolvimento, bem-estar, regalias sociais e a aproximação entre indivíduos de diferentes proveniências. Mas também tem gerado situações de violência, de agitação, de tensão, de desequilíbrio social, de racismo, de xenofobia e, em casos extremos, de guerras entre países e dentro das próprias nações (Leitner *et al.*, 2019, p. 2). Neste cenário, alguns dos objetivos da escola e da BE consistem em habilitar os alunos para combater estes fenómenos, promovendo valores de cidadania e de justiça social através de um ensino e aprendizagem inclusivos e éticos.

Atualmente, um dos instrumentos fundamentais para o trabalho da BE é o referencial *Aprender com a Biblioteca Escolar* (Conde *et al.*, 2017). Refira-se, em articulação com o tema do presente trabalho, que a palavra cidadania aparece neste documento treze vezes, quer no âmbito de uma reflexão mais geral sobre o papel da BE para a inclusão e o desenvolvimento de uma cidadania efetiva e ativa dos alunos quer na parte exemplificativa de atividades na BE, apontando-se ações no âmbito da EC em vários níveis de escolaridade, no âmbito da literacia da leitura e da literacia dos média.

A EC destaca-se, pois, como uma dimensão essencial na BE e na escola por desenvolver competências críticas e criativas tanto em alunos como em professores, levando à formação de cidadãos conscientes e ativos. O trabalho colaborativo e a partilha de boas práticas entre docentes, em articulação com a BE e a coordenação escolar, favorecem também a inovação pedagógica e o sucesso educativo. Grupos de certas áreas disciplinares (por exemplo, Português, História, Geografia) abordam frequentemente temas de EC devido ao seu carácter transversal, nomeadamente em articulação com a BE. Cabe ao PB, preferencialmente em cooperação com os professores e alunos, selecionar e expor recursos que atendam aos seus interesses e necessidades neste campo (IFLA, 2015).

Note-se que a RBE criou o *site* “Cidadania e Biblioteca Escolar – Pensar e Intervir” (<https://www.rbe.mec.pt/np4/cidadania.html>) que visa reforçar uma cultura de cidadania democrática através da promoção de conteúdos no currículo neste âmbito que pode ser estruturada em três áreas: “Dinâmicas educativas”, “Clips ou ações do quotidiano” e “Notas das escolas”, sendo esta última área um espaço para partilha de experiências sobre Cidadania. É relevante que a BE dinamize atividades de leitura e debates sobre temas de EC e de CeD, envolvendo alunos e docentes de diversas disciplinas. Esta abordagem colaborativa permite alinhar as atividades aos programas curriculares e aferir o impacto destas através da participação e motivação dos alunos.

## **OBJETIVOS E METODOLOGIA**

O estudo realizado teve vários objetivos, destacando-se neste artigo os seguintes: (i) verificar como podem os valores de Cidadania serem trabalhados a partir de atividades da BE, em articulação com as diferentes disciplinas curriculares; e (ii) analisar de que modo podem o PB e o Professor de CeD concretizar trabalho colaborativo neste âmbito na BE.

O trabalho integra-se no campo dos estudos de caso, enquadrando-se no paradigma de uma investigação mista (quantitativa e qualitativa) em que o investigador se preocupa “com a mediação objetiva e a quantificação dos resultados”, complementada com dados que permitam obter um retrato mais completo do contexto estudado (Godoy, 1995, p. 58). No campo educativo, o estudo de caso, como modalidade de investigação aplicada (Bogdan & Biklen, 1994) apresenta potencialidades, visto que na sua essência, uma “investigação educativa” (Elliott, 2005) pode estimular e sustentar o pensamento crítico para a melhoria da qualidade da sua ação.

Entre outros elementos, aplicou-se um inquérito por questionário a que se deu o nome “Ser Cidadão!”, para recolha de dados junto dos professores da escola. Na elaboração desse instrumento teve-se em conta o *Referencial Educação para o Desenvolvimento* (Torres *et al.*, 2016). Este documento fornece orientações à escola e aos docentes para elaborarem a planificação e a concretização de atividades no âmbito de EC/CeD a todos os níveis de ensino público e privado em Portugal. O referencial foca a relevância da “aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades e a promoção de valores, atitudes e comportamentos que permitam às crianças e aos jovens a compreensão crítica e a participação informada perante desafios locais e globais que se colocam à construção de um mundo mais justo, inclusivo e solidário” (p. 5).

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O inquérito por questionário tinha 25 perguntas estruturadas em três grupos de questões: o grupo I - informações sociodemográficas dos participantes; o grupo II - aferir as práticas docentes em vários domínios na área de CeD, bem como de forma transversal na escola; grupo III - conhecer os temas de CeD desenvolvidos nas diferentes áreas curriculares em articulação com as atividades da BE (Jesus, 2024). Além dos dados de caracterização dos respondentes, analisam-se neste artigo apenas as respostas às perguntas do grupo III. Foram recolhidas 35 respostas completas, o que equivale a uma taxa de resposta de cerca de 31,8%.

Relativamente à caracterização dos participantes, os principais elementos a reter são os seguintes:

- A maioria dos participantes estão numa fase etária entre os 45-55 anos (48,6%) e os 56-65 anos (45,7%), não se registando respondentes com menos de 35 anos.
- a maioria de professores é do género feminino (88,6%), apenas responderam quatro participantes do género masculino.
- a maioria dos participantes tem licenciatura ou equivalente (62,9%), seguido de um grupo de docentes com mestrado (25,7%) e em número inferior com pós-graduação. Um participante assinalou ter doutoramento.
- a maioria dos participantes exercem funções de docência no Ensino Secundário (71,4%) e os restantes no 3.º CEB (28,6%).
- a maioria regista mais de 31 anos de funções de docência (48,6%) e em seguida observamos um grupo de professores entre os 21 a 30 anos de serviço (37,1%).

Estes dados mostram que a escola apresenta um corpo docente com uma larga experiência e apresentando alguns traços comuns na profissão: envelhecimento e prevalência feminina.

Em relação às disciplinas lecionadas, revelou-se uma relativa dispersão, embora com algumas áreas curriculares a surgirem com valores mais expressivos: Português (8 docentes, 22,9%), Física e Química e Educação Especial (5 docentes em cada, 14,5%), Matemática (3 docentes), Informática e Inglês (2 docentes em cada). Registou-se também a resposta de apenas 1 professor em diferentes áreas curriculares: Cidadania e Desenvolvimento; Ciências Naturais; Economia e Contabilidade; Educação Física; Filosofia; Geografia; Geometria Descritiva e História.

Em relação à frequência de formação certificada na área de CeD, a maioria dos participantes respondeu não ter realizado formação neste âmbito (82,9%). Entre os respondentes que fizeram formação, esta foi focada sobretudo nos seguintes temas do RED: Tema 2 – Interdependências e Globalização; Tema 4 – Justiça Social e Tema 5 – Cidadania Global. Todavia, a maioria dos participantes respondeu que conhece o RED (62,9%).

Em relação às respostas obtidas no grupo III do questionário, contendo oito perguntas que visavam verificar as opiniões dos participantes sobre as atividades curriculares desenvolvidas nos diferentes departamentos em CeD e em articulação com a BE, começamos por apresentar o tipo de articulação que existe entre os professores e a BE (tabela 1).

	SIM	NÃO
Participação em atividades de EC promovidas pela BE.	51,4%	48,6%
Articulação com a BE na realização de atividades de EC.	48,6%	51,4%

Tabela 1 – Articulação entre professores e BE.

A diferença entre estas duas perguntas situava-se na distinção entre “participação” e “colaboração”. A primeira aponta para uma situação exclusivamente da responsabilidade da BE, denotando-se uma ligeira vantagem para um grupo de docentes que menciona ter participado em atividades de EC promovidas por este espaço. A segunda pergunta aponta para uma situação colaborativa, envolvendo iniciativa de ambas as partes (docentes e BE) e verifica-se novamente que as respostas têm valores muito próximos, com uma ligeira desvantagem nas respostas afirmativas.

No que se reporta aos temas que suscitaram o interesse dos docentes para concretização de atividades de CeD em articulação com a BE, estes mostram alguma diversidade, como por exemplo a referência à importância dos direitos humanos; à relevância da igualdade de género; às desigualdades sociais; ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, entre outros. Os temas escolhidos pelos docentes estão em consonância com a orientação que a direção da escola confere à organização e cultura de escola no âmbito de CeD, tal como foi possível de identificar nos documentos orientadores (PE e PAA).

Na pergunta “Que papel poderá ter a BE no âmbito da Educação para a Cidadania e qual a sua importância?” usou-se uma escala de Likert, em que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante” (tabela 2).

Atividades da BE	1	2	3	4	5
1. Promover atividades de divulgação para as turmas	0	1	5	11	18
2. Apoiar os professores na realização de projetos nessa área	0	1	7	7	20
3. Organizar exposições documentais sobre temas de cidadania	0	1	7	7	20
4. Realizar sessões de leitura relacionadas com EC	0	1	6	9	19
5. Organizar e disponibilizar recursos sobre os temas de EC	0	1	7	7	20
6. Desenvolver projetos comuns com os professores e turmas	0	0	5	11	19
7. Promover o convite a individualidades ou entidades para abordagem de temas relacionados com a cidadania, contando com a participação de alunos e professores	0	0	4	6	25

Tabela 2 – Papel da BE no âmbito de EC e a sua importância.

Analisando os dados, conclui-se que a maioria dos docentes participantes considera muito importantes as atividades que são promovidas pela BE no âmbito de EC. A opção 1 - “Nada importante” não teve respondentes. Também apenas um respondente assinalou a opção 2, ainda no quadrante de resposta negativa. A resposta 3, que representa uma opinião mediana ou neutra, teve alguma expressão, sobretudo nos itens 2, 3 e 5. Nestes casos, temos de estranhar alguma desvalorização do apoio que a BE pode proporcionar aos professores, na área da EC.

Na posição 4 verifica-se uma escolha por um número razoável de respondentes, mas é de facto a posição 5 – “Muito Importante” que regista o maior número de escolhas. Neste parâmetro, o número de participantes mais elevado (25) verificou-se na atividade: “Promover o convite a individualidades ou entidades para abordagem de temas relacionados com a cidadania, contando com a participação de alunos e professores”. O número de participantes mais baixo (18) registou-se na atividade: “Promover atividades de divulgação para as turmas”. Desta forma podemos concluir que a maioria dos docentes considera muito importante as atividades propostas pela BE em articulação com as diferentes áreas curriculares e com a dinâmica da própria escola no âmbito de EC.

Questionou-se também sobre as atividades que os docentes valorizam mais para abordar temas de EC em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE. Eram dados vários exemplos, solicitando-se que fossem indicadas as 3 atividades consideradas mais importantes (tabela 3).

7 participantes (20%)	Trabalho colaborativo com a BE
7 participantes (20%)	Debates
6 participantes (17,1%)	Trabalhos de projeto
4 participantes (11,4%)	Pesquisa e apresentação de trabalhos individuais por parte dos alunos
3 participantes (8,6%)	Trabalhos de grupo na BE
2 participantes (5,7%)	Pesquisa e apresentação de trabalhos em grupo por parte dos alunos
2 participantes (5,7%)	Outra
1 participante (2,9%)	Análise de textos literários
1 participante (2,9%)	Análise de textos com o recurso a tecnologias digitais
1 participante (2,9%)	Trabalhos de grupo na sala de aula
1 participante (2,9%)	Diálogos individuais com os alunos

Tabela 3 – Atividades para promoção de aprendizagens de Cidadania em contexto de sala de aula e/ou articulação com a BE.

Nas respostas obtidas, destaca-se a valorização do “trabalho colaborativo com a BE” e “debates”, seguido dos “trabalhos de projeto”. Consideramos um sinal da importância atribuída ao papel da BE neste contexto a posição cimeira que lhe é atribuída nas escolhas feitas pelos professores.

Relativamente à questão sobre o grau de dificuldade sentido pelos docentes na concretização de atividades das diferentes áreas curriculares em articulação com a BE, verificou-se que a maioria dos participantes se situou nos níveis inferiores: nível 1 (48,6%) e nível 2 (17,1%). Contudo, alguns respondentes disseram ter alguma dificuldade (nível 3: 22,9%).

A importância da avaliação das atividades de CeD, em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE, foi igualmente questionada aos participantes no estudo. A maioria de docentes (40%) costuma fazer avaliação com a participação dos alunos. Outro grupo (17,1%) procede à avaliação das atividades em articulação com a BE em reunião de departamento. Existe ainda um pequeno grupo de docentes (8,6%) que menciona que só faz autoavaliação. Um grupo significativo de docentes (25,8%) não faz avaliação, apresentando diferentes motivos para o efeito.

## CONCLUSÕES

O estudo visou examinar a relevância de uma abordagem a temas da cidadania na escola, considerando a perceção dos docentes de diferentes áreas curriculares neste âmbito, e o papel que a BE pode desempenhar nesse contexto. Os resultados reforçam a importância de uma abordagem educacional integrada para o desenvolvimento e a formação dos alunos, com experiências educativas mais diversificadas, motivadoras e adaptadas às exigências da sociedade contemporânea.

A transversalidade da disciplina de CeD é reconhecida como consensual, dado que explora temas fundamentais à vida em sociedade, relevantes para todos os intervenientes no processo educativo e para a articulação com as atividades promovidas pela BE. A maioria dos docentes participantes no estudo

destacou a importância da vivência de valores de cidadania e cosmopolitismo, bem como o impacto positivo das atividades de CeD nas aprendizagens dos alunos.

Em relação ao papel da BE e a uma articulação com essa estrutura pedagógica, houve uma maior diversidade de perspetivas. Os docentes consideraram a relevância de desenvolver atividades articuladas com a BE, destacando o acesso a recursos diversificados, nomeadamente de EC. Apesar de se demonstrar sensibilidade para a importância da colaboração entre os docentes de diferentes áreas disciplinares e a BE, essa articulação ocorre principalmente em projetos de âmbito escolar mais abrangentes e alargados à comunidade escolar, onde a cooperação se torna mais visível. Os dados revelam que temas como a paz, a sustentabilidade do planeta, a pobreza, as desigualdades sociais, a inclusão e a exclusão social, as regras de convivência, o cosmopolitismo e os Direitos Humanos são focados frequentemente, tanto em contexto de sala de aula, como em articulação com a BE.

Considerando as formas possíveis de articulação com a BE, verificou-se que apesar da diversidade de propostas identificadas, apenas algumas atividades são pontualmente promovidas e concretizadas pela BE. Este cenário destaca a necessidade de uma implementação mais sistemática e abrangente das práticas que potencializam o papel estratégico da BE no processo educativo e no desenvolvimento de competências essenciais para o sucesso escolar dos alunos. Neste sentido, a BE desempenha um papel fundamental na promoção de atividades que apoiam a concretização de trabalhos escolares bem estruturados, fornecimento de recursos e apoio pedagógico. Entre as atividades promovidas por sua iniciativa, destacam-se os debates com convidados e a participação em projetos transversais desenvolvidos em colaboração com toda a escola. A análise dos dados recolhidos revela ainda que a BE está alinhada com os temas do RED, utilizando-o como base para a planificação de atividades a serem realizadas nas aulas de CeD. Este aspeto reflete a cooperação entre o PB e os docentes de diferentes áreas curriculares, evidenciando a importância do trabalho colaborativo na promoção de uma cidadania global a partir da escola.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, S. A. (2008). *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta.
- Banks, J. A. (2011). Educating citizens in diverse societies. *Intercultural Education*, 22(4), 243-251.
- Bastos, G. (2017). *Atividades de Animação da BE – dos princípios à prática*. Universidade Aberta. <https://elearning.uab.pt/mod/page/view.php?id=510345>
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Comissão Nacional da UNESCO. (2020). <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/educacao-para-o-seculo-xxi>
- Conde, E, Mendinhos, I., Correia, O. (coord.). (2012). *Aprender com a biblioteca escolar*. 2.ª edição, revista e aumentada. Rede de Bibliotecas Escolares.

- Direção-Geral de Educação (2013). *Educação para a Cidadania – linhas orientadoras*. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs\\_referencia/educacao\\_para\\_cidadania\\_linhas\\_orientadoras\\_nov2013.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf)
- Eisenberg, M. & Miller, D. (2002). This Man Wants to Change Your Job. *School Library Journal*, 46-50.
- Elliott, J. (2005). *La investigación-acción em educación*. Ediciones Morata.
- Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA (2015). *Diretrizes da IFLA para a Biblioteca Escolar*. [https://www.rbe.mec.pt/np4/file/1853/guide\\_lines\\_2016.pdf](https://www.rbe.mec.pt/np4/file/1853/guide_lines_2016.pdf)
- Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência - UNESCO (2000). *Manifesto IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar*. <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Jesus, G. de F. E. (2024). *A biblioteca escolar como espaço de cidadania*. Dissertação de Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/15919>
- Leitner, G., Pérez-Salmerón, G., Garrido, M., Fellows, M., & Norlander, B. (2019). *Desenvolvimento e acesso à informação 2019*. IFLA/Grupo de Tecnologia e Mudança Social. Universidade de Washington.
- Lopes, A. & Vicente, M. J. (2014). *Guia para facilitadores/as sobre Direitos Humanos e Cidadania*. EPAN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Martins, G. d' O. (coord.) (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Ministério da Educação e Ciência.
- National Commission on Libraries and Information Science - NCLIS (2008). *School Libraries Work! Scholastic, Research and Results*. Research Foundation Paper.
- Nogueira, C. & Silva, I. (2001). *Cidadania – Construção de novas práticas em contexto educativo*. Edições Asa.
- Osler, A. & Sparkey, H. (2015). Education for cosmopolitan citizenship: A framework for language learning. *Argentinian Journal of Applied Linguistics*, 3(2), 30-39.
- Romão, A.P.N.S. (2020). *Educar para a Cidadania – um novo olhar?*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa-Porto.
- Stripling, B. (1996). Quality in School Library Media Programs: Focus on Learning. *Library Trends*, 44(3), 631-656.
- Terrén, E. (2001). A educação face aos desafios da pós-modernidade. In Teresa Ambrósio et al., *O século da escola. Entre a utopia e a burocracia*. Asa Editores, 9-39.
- Torres, A., Figueiredo, I., Cardoso, J., Pereira, L. T., Neves, M. J., Silva, R. (2016). *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*. Ministério da Educação.

Wolkmer, M. F. S. (2003). Cidadania cosmopolita, ética intercultural e globalização neoliberal. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, 24(46), 29–50, 2003. DOI: 10.5007/1913-787X(2003)24(46)29-50